

Capítulo 2

Agricultura familiar no Território Nordeste Paraense

*Daniel Luiz Leal Mangas
Olinto Gomes da Rocha Neto
Mário Rodrigo de Oliveira Gomes
Roberto Ianês da Rocha Vieira
Márcio de Paulo Dias*

Introdução

Mais de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar representavam, em 2006, 84% do número total de estabelecimentos agropecuários brasileiros, mas ocupavam apenas 23% da área destinada a esse fim (80 milhões de hectares). Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área total destinada à agropecuária no Brasil (IBGE, 2010).

A agricultura familiar é a principal fonte geradora de postos de trabalho no meio rural. Vale ressaltar que uma parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não consegue obter uma renda mínima unicamente por meio de seus estabelecimentos. Muitos agricultores dependem de rendas externas à propriedade agrícola, como aposentadoria, venda de serviços em outros estabelecimentos ou mesmo atuação em atividades não agrícolas.

O meio rural não deve ser visto como um universo composto pela população que reside nas áreas rurais delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pelas atividades agrícolas nelas desenvolvidas. Ele deve ser pensado de forma mais ampla, englobando um conjunto de municípios cujas dinâmicas econômica e social tenham uma estreita relação com as atividades desenvolvidas no meio rural. Dessa forma, deverão ser valorizadas outras dimensões importantes, como a relação com os recursos naturais e os ecossistemas, a produção de conhecimentos e saberes, o patrimônio cultural, a organização social e as inter-relações existentes entre o rural e o urbano e entre as atividades agrícolas e não agrícolas.

O território deveria ser um espaço de ação coletiva e integrada por movimentos sociais, governos, organizações não governamentais (ONGs) e associações, além de outros atores sociais. Percebe-se, portanto, que os territórios são definidos por sua área de atuação antes de qualquer coisa. Alguns veem território como um espaço de ação política e de relações de poder (CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, 2008).

Caracterização do Território da Cidadania do Nordeste Paraense

O Território da Cidadania do Nordeste Paraense (Tenepa) engloba as mesorregiões Metrópole de Belém, Nordeste Paraense e Sudeste Paraense, possuindo uma área total de 85.209,64 km², conforme Figura 1. De modo geral, o território é formado por 20 municípios, com suas respectivas microrregiões: Castanhal (Bujaru); Guamá (Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá); Paragominas (Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis) e Tomé-Açu (Concórdia do Pará e Tomé-Açu).

Em números percentuais, o Brasil apresenta uma população rural de 15,64%, o Estado do Pará 31,52%, enquanto o Tenepa tem 48,11% (uma taxa quase paritária com a correspondente à população urbana), sendo o território mais populoso do Estado do Pará, com 734.545 habitantes (IBGE, 2010). A região de estudo, na década de 1960, tinha

apenas sete municípios e muitos distritos e vilas que, ao longo dos anos, foram sendo emancipados. No ano de 1965, Paragominas passou à condição de município. Depois, somente na década de 1980, foram criados mais cinco municípios e, na década de 1990, foram emancipados mais sete. Hoje, o território conta com 20 municípios.

Percebe-se que a população rural desse território merece destaque e atenção especial por parte dos programas de governo. Do total populacional do Nordeste Paraense, 51,44% (377.867 pessoas) são do sexo masculino. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Tenepa abriga 23.542 agricultores familiares e 16.204 famílias assentadas, além de 26 comunidades quilombolas e 8 terras indígenas.

Os municípios que apresentam os maiores percentuais de população rural são: Irituia (79,20%), Cachoeira do Piriá (79,11%) e São Domingos do Capim (77,92%). Em uma década, o Tenepa teve um incremento populacional de 22,54% (152.592 pessoas), com destaque positivo para os municípios de Ulianópolis (125,12%), Garrafão do Norte (104,40%) e Cachoeira do Piriá (71,51%) (PLANO..., 2010).

Tipificação da agricultura familiar no Tenepa

Historicamente, a parte nordeste do Estado do Pará foi a primeira região a ser ocupada. Segundo Facó (1988), citado por Mota et al., 2011 e Oliveira (2006), nesse território, foram mescladas as experiências agrícolas dos europeus (em número reduzido), dos indígenas, dos negros africanos, dos nordestinos (migrantes da seca e da pobreza), dos japoneses (a partir de 1929) e até mesmo dos ex-seringueiros, após o auge do extrativismo da borracha na Amazônia. Também verificou-se uma corrida dos outros centros do País para o Nordeste Paraense. Assim sendo, a constituição da agricultura familiar do Tenepa é bem diversificada.

Buscando ter um melhor entendimento e uma boa visualização das dinâmicas agrícolas e agrárias do território, foram feitos agrupamentos por municípios. Esse levantamento considerou, além da proximidade entre os municípios, as características da forma de fazer agricultura e das atividades em que os habitantes operam e se articulam e a origem dos agricultores familiares.

No primeiro agrupamento, há sete municípios, quais sejam: Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Irituí, Nova Esperança do Piriá, Ourém e Santa Luzia do Pará. Esse agrupamento não foge muito à história do Nordeste do Pará, porém o que se percebe é que as atividades de (pequena) pecuária, apicultura e cultivo de mandioca para subsistência destacam-se frente a outras atividades de menor expressão. A fruticultura merece um destaque especial no arranjo produtivo local (APL¹) da citricultura (especificamente de laranja), que formou um polo de desenvolvimento. No momento, busca-se um reordenamento desse APL, porque essa atividade envolve outros municípios da área em estudo. O açaí também está em fase de expansão em quase todo o território e em grande parte desses municípios. Nesse agrupamento, observam-se alguns agricultores produzindo peixes em tanques escavados ou gaiolas flutuantes ou atracadas às margens dos rios (NASCIMENTO et al., 2011).

No segundo agrupamento, figuram os municípios de Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, que trabalham fortemente com a mandioca para a produção de farinha, que é um produto de fácil comercialização e representa uma cultura secular na região. Além desses municípios, essa atividade perpassa por todos os municípios do Tenepa, com diferentes ênfases. Outras atividades também se destacam, como o plantio de caju (para venda da castanha), a apicultura, a piscicultura e, em realce, a pecuária leiteira, graças à proximidade de uma beneficiadora de leite em Mãe do Rio. Porém, um dos gargalos ainda é a logística. O Município de Ipixuna do Pará já está em vias de iniciar as atividades de uma agroindústria para beneficiamento do caju, cujo APL está presente fortemente em alguns dos municípios acima citados (NASCIMENTO et al., 2011).

A apicultura é um dos arranjos mais organizados e em franco crescimento, não só no Tenepa, mas em todo o Estado do Pará. A piscicultura, depois de muitos casos de insucesso e prejuízos causados por não haver um planejamento adequado, passou a contar com a integração das ações de pesquisa do Projeto Ver-o-Peixe, bem como com as atividades do Componente 3 do Programa Agrofuturo, o que permitiu uma melhor organização das comunidades, contribuindo,

¹ O arranjo produtivo local (APL) é um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território e cujos moradores desenvolvem atividades econômicas correlatas e apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

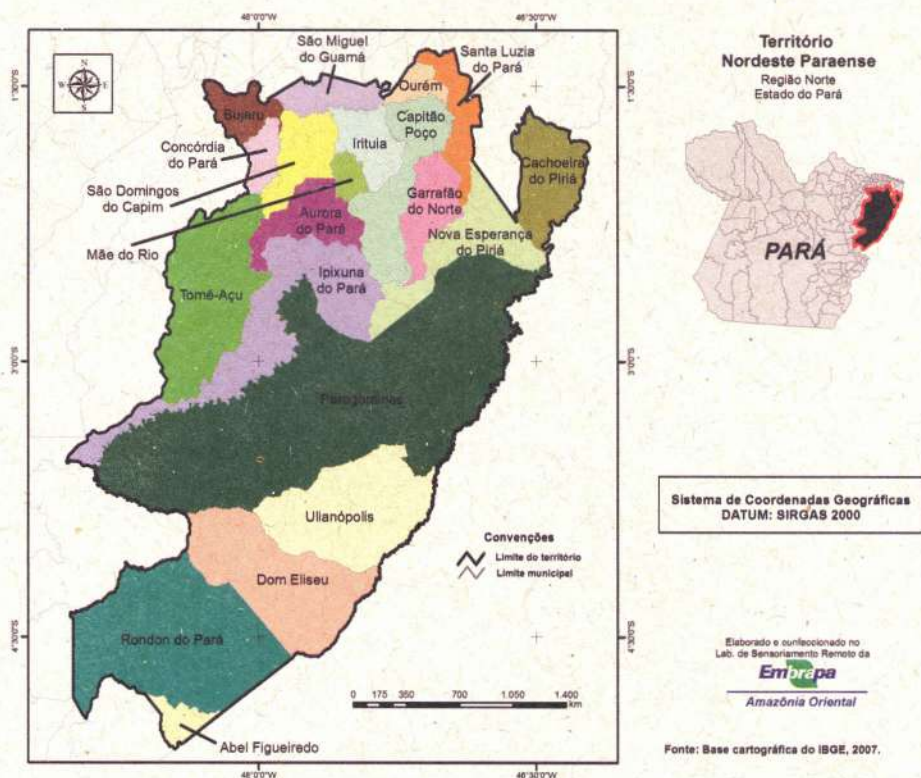


Figura 1. Mapa de localização do Território Nordeste Paraense, definido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Fonte: Nascimento et al. 2011.

assim, para que a piscicultura se tornasse uma das principais atividades na unidade familiar e garantindo parte da renda e da segurança alimentar da população local (NASCIMENTO et al., 2011).

Os municípios de Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu formam o terceiro agrupamento. Os japoneses chegaram na década de 1930 em Tomé-Açu, que hoje é a terceira maior colônia japonesa do Brasil. No período pós-guerra, foi iniciado um processo de agricultura diferenciada por meio de consórcios entre plantas frutíferas e essências florestais, hoje denominadas sistemas agroflorestais (SAF). A cultura do óleo de palma (dendê) está despontando na agricultura familiar como mais uma alternativa para geração de renda nessa região. Além disso, têm-se os cultivos da pimenta-do-reino e da mandioca e a apicultura.

Aqui, ressalta-se a fruticultura graças aos incentivos, à tradição agrícola local, à organização e ao mercado facilitado pela Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), que levam os agricultores familiares de Tomé-Açu e das cidades circunvizinhas a buscarem novas tecnologias e metodologias que contribuam para a melhoria de suas condições de vida (NASCIMENTO et al., 2011).

O quarto agrupamento inclui os municípios de Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis. Nesses, os grandes produtores utilizam-se da agricultura de grãos com alta tecnologia em grandes áreas. Em alguns casos, já se percebe a agricultura de precisão. A pecuária de corte também é destacada nesses municípios, assim como a pecuária leiteira, que precisa ser mais bem ordenada, o que já vem sendo desenvolvido pelas prefeituras. Entretanto aqui, como em todo o Tenepa, também é muito forte a presença da agricultura familiar que cultiva mandioca (NASCIMENTO et al., 2011).

Com relação à fruticultura, merece destaque a cadeia produtiva da goiaba em Dom Eliseu e Ulianópolis. Apesar da boa produtividade, esses municípios enfrentam problemas para colocar o produto no mercado em virtude da dependência de apenas um comprador (caracterizando um monopólio), que controla o mercado (PRADO JUNIOR, 1970). Outro problema é a sazonalidade da cultura. No cultivo da goiabeira, observa-se grande perda de frutos in natura em decorrência da boa produtividade e da concentração da produção num curto espaço de tempo, aliada à falta de mão de obra para colheita. A iniciativa dos cooperados da Cooperativa Mista Agroindustrial de Dom Eliseu (Coopermade) em repassar os frutos à Camta para industrializar e comercializar propicia a venda tanto por parte da Coopermade quanto pelos agricultores. Porém, esses esbarram nos problemas da estrutura e da logística.

Em algumas comunidades produtoras de Dom Eliseu, já foram realizados vários cursos para o aproveitamento dos frutos da goiabeira e de outros produtos, que contaram com a participação e o envolvimento das mulheres.

O cenário da agricultura familiar no Tenepa

Nos últimos anos, a atenção dada pelo governo federal aos produtores familiares em todo Brasil por meio de políticas públi-

cas tem sido expressiva e relevante (ROCHA NETO, et al., 2009). No Estado do Pará, as dimensões continentais dos territórios dificultam a operacionalização de muitas ações que alavancam o processo de desenvolvimento, tornando-o mais lento quando comparado com o de outras regiões geograficamente mais acessíveis. Soma-se a isso a necessária capacitação de atores envolvidos no processo para a aplicação de métodos participativos em todas as instâncias da concertação que precisa ser feita nos contextos estadual e municipal. Percebem-se alguns avanços nos últimos dez anos no desenvolvimento de ações com o foco territorial, ainda inacessíveis para muitos, apesar de disponíveis para a maioria.

As principais demandas diagnosticadas no início do novo milênio foram sendo atendidas gradativamente por meio das políticas estabelecidas pelos governos estadual e federal, a partir da definição dos territórios da cidadania, da operacionalização de programas infraestruturais (como Luz para Todos e Regularização Fundiária), do fortalecimento do quadro de técnicos de assistência técnica e extensão rural (Ater) e assistência técnica, social e ambiental (Ates) e da disponibilização de crédito agrícola mais acessível ao produtor familiar (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf).

Inúmeras dificuldades contribuíram para a lentidão dos processos de obtenção de resultados positivos, principalmente os de caráter burocrático, impostos pela legislação e pelo desáparelhamento das estruturas básicas disponíveis nos municípios. O difícil acesso à informática e a necessidade de capacitação dos servidores públicos municipais para conduzir processos vitais dentro da cadeia de ações, necessárias para impulsionar a efetivação dos projetos, podem ser considerados como a causa principal da baixa eficiência na obtenção de resultados.

A indefinição do público-alvo por parte das instituições mantenedoras de projetos sociais e produtivos também foi determinante para explicar a baixa expressividade dos resultados até agora obtidos, tendo em vista que o foco sempre foram os excluídos, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentados, os moradores de comunidades de difícil acesso e com características culturais peculiares, muitas vezes desconhecidas dos técnicos executores dos projetos socioambientais. O agricultor familiar tradicional ficou à margem dos programas oficiais,

e somente agora o MDA volta a estabelecer prioridade para a participação dos mesmos nos projetos de Ater e Ates.

Os projetos territoriais inseridos na dinâmica de desenvolvimento do Nordeste Paraense, como os Núcleos-Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar (NAF), representados pelo Componente 3 do Programa Agrofuturo, foram implementados por meio da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (Ciat) e estão sendo executados em consonância com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), tendo como peculiaridade a itinerância de sua localização física coordenada pela Embrapa Amazônia Oriental, por meio do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Transferência de Tecnologia da Belém-Brasília (NAPT - Belém/Brasília) (AGROFUTURO, 2009).

Um programa de capacitação da equipe de assistência técnica que atua no Tenepa foi realizado com recursos do Programa Agrofuturo, coordenado pela Embrapa Amazônia Oriental em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Pará), a Cooperativa de Prestação de Serviços em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (Coodersus/Idam) e secretarias municipais.

Estão sendo repassadas as inovações tecnológicas sobre produtos demandados pelos agricultores e divulgadas formas inovadoras de utilizar recursos de mídias para transferir tecnologias para produtores familiares, como o programa de rádio Prosa Rural, as Minibibliotecas com temas infanto juvenis nas escolas rurais e a implantação de "*Lan houses* rurais", nas quais se pode ter acesso aos produtos gerados pelo Sistema de Informação Embrapa (que disponibiliza, via internet, as Árvores do Conhecimento, que contém informações validadas sobre todas as etapas da cadeia produtiva dos produtos – cultivo e criação – e sobre temas diversos). Além dessas informações, a Agência de Informação Embrapa possibilita ao usuário o acesso na íntegra a diversos recursos de informação (artigos, livros, arquivos de imagem e som, planilhas eletrônicas, etc.). Muitas dessas ações encontram-se em execução, evoluindo de acordo com as facilidades ou os recursos encontrados nos municípios.

A saída de gestores, por motivos diversos, das instituições em que atuam no território promovendo o desenvolvimento local também tem causado certo descompasso nas ações, coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento

Agrário (SDT/MDA). A ineficiência na passagem de bastão entre quem sai e quem entra tem provocado a paralisação de ações importantes, e essa intermitência também tem grande repercussão na obtenção de resultados.

Apesar dos problemas enfrentados, podemos constatar avanços na percepção dos produtores, no nível de socialização das informações, nas organizações das comunidades, na consciência ambiental, na busca pelo cooperativismo e no progresso individual de famílias que participam do processo.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento territorial do Nordeste Paraense está em curso, passando por percalços naturais inerentes ao próprio processo, mas contando com a disponibilidade de velhos e novos atores, que acreditam em dias melhores para suas famílias.

Uso de tecnologias para o desenvolvimento produtivo do território

Apesar da vocação evidente do Tenepa para a fruticultura, essa não é a principal atividade praticada entre os produtores familiares que nele habitam, apresentando-se apenas em alguns municípios e seus arredores, como é o caso da laranja em Capitão Poço e da goiaba em Dom Eliseu.

É notória a preocupação do governo em prover recursos visando fortalecer as instituições de pesquisa e assistência técnica por meio de políticas públicas para atender às demandas cada vez maiores de produtores rurais. O investimento no capital humano tem sido significativo e vem sendo realizado pela capacitação de técnicos que atuam nas instituições de Ater e pela renovação qualificada do quadro de pesquisadores atuantes na região. Mesmo assim, o processo depende de uma série de fatores exógenos que interferem diretamente na obtenção de resultados.

Segurança alimentar e nutricional

O Sistema Bragantino de produção de alimentos foi a tecnologia mais difundida no Tenepa, principalmente por trazer em seu bojo a preocupação com a diminuição da agricultura itinerante e a segurança

alimentar e nutricional. Treinamentos com conteúdos teórico-práticos foram realizados em Paragominas (em 2008) e Rondon do Pará (em 2009), tendo como participantes técnicos de Ater e Ates que atuam no território. Praticamente todos os técnicos de Ater que atuam no território participaram desses cursos sobre a nova tecnologia de produção de alimentos.

A sequência do processo previa a transferência da tecnologia para as comunidades produtoras a partir da implantação de projetos financiados pelo Pronaf. Alguns fatores foram determinantes para que essa etapa ficasse estagnada no período de dois anos (de 2008 a 2010), durante o qual nenhum projeto com a tecnologia do Sistema Bragantino foi financiado no território. Os principais motivos foram:

- Falta de compreensão dos agentes creditícios a respeito da temporalidade do sistema e da adequação das normas de financiamento de investimento e custeio.
- Falta de estratégia para viabilizar a coleta e análise de solos dos produtores.
- Falta de estratégia para viabilizar o preparo de área e a aquisição dos insumos necessários.
- Falta de estrutura para armazenar maiores volumes de grãos e beneficiar a mandioca produzida.

Fruticultura

A fruticultura representada pelas culturas de açaí, caju, laranja e goiaba foi eleita como a principal cadeia produtiva a ser fortalecida no território, haja vista as perspectivas que as fruteiras priorizadas têm no cenário econômico atual.

Açaí

O açaí vem sendo a fruteira mais plantada no Estado do Pará após o lançamento da variedade BRS-Pará. Todavia, no Nordeste Paraense, alguns municípios são considerados inaptos para o plantio sem irrigação em decorrência do período seco definido (tipo climático Awi), que ocorre entre os meses de agosto e novembro. Nesse caso, a

ênfase tem sido dada para o manejo de açazais nativos, que garante o aumento de oferta para o mercado cada vez mais crescente.

O aumento da área plantada com açazeiros não tem gerado aumento significativo de produção, tendo em vista a limitação hídrica de algumas regiões do território, gerando grandes perdas de estande na fase juvenil da cultura. Informações complementares sobre o sistema de produção do açazeiro estão sendo geradas pela Embrapa Amazônia Oriental, principalmente no que tange às exigências hídricas da planta e suas inter-relações com outros fatores que compõem o manejo da cultura, como a adubação e os tratos culturais. Alguns produtores vêm molhando suas plantações aleatoriamente, quando dispõem de mananciais de água e energia elétrica na propriedade. Além disso, alguns utilizam a cobertura morta para atenuar os efeitos da evaporação da água do solo durante o dia no período seco. De um modo geral, ainda existe uma predominância de plantios em áreas de várzea alta, medida prudente até que as questões relativas aos custos e benefícios da irrigação mostrem viabilidade econômica para os produtores.

Goiaba

A cadeia produtiva da goiaba foi tema de muitos encontros técnicos e eventos de capacitação para técnicos e produtores no período de 2005 a 2010.

O trabalho de Ater desenvolvido pela Emater-Pará com produtores familiares de Dom Eliseu e Ulianópolis serviu de base para as ações demandadas nos encontros territoriais promovidos pela Ciat/MDA (de 2004 a 2008) e desencadeadas após a implantação do Programa Agrofuturo a partir de 2007. Tendo como público-alvo os associados da Coopermade, algumas inovações tecnológicas foram introduzidas no sistema de produção da goiaba, principalmente com a utilização de práticas agroecológicas, que permitiram a habilitação da produção para o mercado sem contaminação de agrotóxicos. A parceria com a Camta viabilizou a comercialização do produto dentro do Tenepa. Todavia, a escala precisa ser ampliada para dar vazão à produção crescente que se vislumbra para um futuro próximo. Para tanto, ações visando ao aumento do período de safra (hoje concentrada em 45 dias) por meio

da irrigação dos pomares, ao uso de *packing-houses*² para o beneficiamento primário e à estruturação da Coopermade para melhor apoiar seus associados contam com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de seus fundos destinados a agricultores familiares.

Caju

O cultivo de caju no território remonta a algumas décadas, mas sempre em pequenos pomares de quintais. Nos anos 1990, houve um esforço de lideranças da época em sistematizar a cadeia produtiva do caju na região de Paragominas e adjacências, e o ponto de partida foi a introdução de material genético oriundo do Estado do Ceará, com a supervisão de especialistas da Embrapa Agroindústria Tropical. Infelizmente, essa tentativa não foi bem-sucedida por causa da suscetibilidade do material introduzido à doença conhecida como *antracnose*, o que fez com que houvesse uma grande perda de plantas no campo.

Em virtude da insistência dos agricultores familiares de Ipixuna do Pará, que cuidaram do material remanescente a ponto de conseguirem viabilizar a comercialização da castanha, ficou confirmada naturalmente a aptidão da cultura do caju às condições de solo e clima do Tenepa. Foi esse material remanescente que propiciou a retomada das pesquisas sobre a cultura no território por meio de um trabalho iniciado em 2008 com produtores de Ipixuna do Pará, extensionistas da Emater-Pará e da Coodersus e de pesquisadores da Embrapa. O trabalho coordenado pela Embrapa Amazônia Oriental conta com a participação da Embrapa Agroindústria Tropical e a articulação do Codeter, que, apoiado por recursos do Programa Agrofuturo, promoveu capacitações e estabeleceu um programa de melhoramento da cultura, que culminará com a criação de um clone de caju regional, com previsão de lançamento para 2014. Também por ação do Codeter, está sendo construída em Ipixuna do Pará uma indústria de beneficiamento de castanha e pedúnculo de caju, que será inaugurada em 2013.

Espera-se que os impactos dessas ações sejam positivos para o desenvolvimento produtivo do território, uma vez que todos os mu-

² *Packing-house* é o local (instalação) onde as frutas in natura são recebidas para um pré-processamento (limpeza), antes de irem para o mercado.

nícios contemplam, nos seus zoneamentos, a aptidão para o cultivo de caju.

Laranja

A história da citricultura no Nordeste Paraense tem como referência Antônio Soares Neto, um extensionista da Emater-Pará que introduziu variedades comerciais oriundas de Cruz das Almas, BA, no município paraense de Capitão Poço na década de 1970. A adaptação da cultura na região foi tão boa que inúmeros agricultores familiares aderiram ao cultivo da laranja. As condições edafoclimáticas favoráveis para a citricultura em Capitão Poço e adjacências tornaram-se tão evidentes que uma grande empresa da capital resolveu investir em um plantio comercial de larga escala, trazendo conhecimento e tecnologia que foram incorporados pela maioria dos agricultores familiares em seus pequenos pomares. Atualmente, esses pomares demandam tecnologias inovadoras para fazer frente às exigências de um mercado globalizado, que promove uma concorrência perversa com aqueles que não conseguem melhorar suas produtividades e a qualidade dos seus produtos em consonância com a preservação ambiental.

A partir do diagnóstico realizado pela Ciat e atualizado recentemente pelo Codeter, priorizaram-se as práticas agroecológicas, a utilização de *packing-houses* no processo pós-colheita e o uso de irrigação nos pomares novos como ações preponderantes a serem adotadas pelo sistema de Ater na orientação dada aos citricultores familiares, com apoio de pesquisas participativas pontuais a serem conduzidas por pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental.

Relação entre as ações produtivas e os outros eixos do desenvolvimento sustentável

É comum acreditar-se no pressuposto de que o desenvolvimento depende exclusivamente de investimentos para acontecer, colocando-se os recursos financeiros como o fator de maior importância. Na prática, percebe-se que os recursos financeiros não são suficientes para alavancar todas as ações necessárias para que o processo ocorra. A aplicação de recursos financeiros nos investimentos produtivos só

gera resultados expressivos quando é complementada por investimentos em outros eixos periféricos. Atualmente, existe um grande desafio para os governos e para a sociedade em geral: realizar a inserção social e econômica das populações carentes. Os meios e instrumentos para que isso ocorra, entretanto, são de difícil implementação, haja vista os inúmeros programas lançados na última década por várias esferas governamentais que ainda não atingiram seus objetivos e metas. Todavia, o exercício de metodologias e intervenções participativas vem provocando, pelo menos no âmbito conceitual, o surgimento de alguns consensos que podem suscitar as mudanças esperadas, tais como: descentralização e integração de ações, autonomia local, participação e controle social, dentre outros. O desafio é praticar, no dia a dia, esses conceitos, diante de estruturas concentradas de riqueza, renda e poder, que se refletem na realidade das instituições, em geral refratárias a processos de mudanças nessa direção.

A iniciativa da SDT/MDA de estabelecer, no Pará, a Ciat na década de 1990 provocou a movimentação das lideranças rurais em busca de definir prioridades para as demandas levantadas, visando alocar os recursos de investimento do Pronat em seus redutos de interesse. A partir de 2004, o Programa Agrofuturo – NAF possibilitou grandes investimentos na área de transferência de tecnologias, permitindo a capacitação de atores territoriais em vários níveis.

Apesar de todo o esforço dispendido, pouca foi a participação das prefeituras municipais para estabelecer o foco desenvolvimentista que o MDA esperava. A economia e a sociedade em mudanças enfrentam a rigidez das instituições para levar a cabo novos processos de desenvolvimento. As instituições não necessariamente se movem em direção às camadas mais excluídas. Na maioria das vezes, elas são movidas por processos internos e interesses individuais de seus gestores e patrocinadores. A estratégia de desenvolvimento local pressupõe ações integradas nas esferas econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, e essa configuração não foi atingida nessa etapa no Tenepa.

Para que o processo de desenvolvimento local ocorra de forma plena, deve haver investimentos em áreas que interagem de forma complementar: o desenvolvimento comunitário, produtivo e institucional. Por elas, perpassam as questões ambientais e de equidade de

gênero, que promovem a efervescência do processo participativo, catalisador do desenvolvimento sustentável.

A partir da posse dos gestores municipais, o Codeter, que deu outra configuração à extinta Ciat, poderá utilizar os princípios previstos na gestão participativa para o desenvolvimento, que prevê a concertação no ambiente interno das prefeituras, favorecendo a execução de projetos integradores nos âmbitos local e territorial.

Uma das aspirações das comunidades produtivas é a formação e fixação, nas comunidades, de agentes de desenvolvimento local (ADL) que representarão o elo entre os produtores e as equipes técnicas que atuam no território. A evolução no estágio de desenvolvimento das comunidades familiares rurais obtida a partir das atuais políticas públicas permitirá que esse anseio seja concretizado futuramente.

Perspectivas de ações futuras visando integrar ações: projetos, propostas e ações em andamento, articulados pelo Codeter

A experiência do núcleo da agricultura familiar do Tenepa, por conta da execução do Componente 3 do Programa Agrofuturo, foi de fundamental importância na proposição de metodologias de treinamentos e intercâmbios de Conhecimentos, refletindo-se atualmente na proposição de ações futuras no território. Esses eixos buscam o avanço nos processos metodológicos de atuação das várias instituições presentes nesse espaço em prol do público de agricultura familiar (AGROFUTURO, 2009).

No eixo ambiental, abordado de forma transversal aos demais em parceria com as comunidades, destaca-se o planejamento da construção de unidades de referência³ para a adequação ambiental de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL), com a implantação de modelos ecoeficientes para o estabelecimento de paisagens sustentáveis nessa organização espacial do bioma amazônico, em função da especificidade (variáveis ecológicas, econômicas e sociais) de

³ Unidade de referência é o local/vitrine (área de produtores) onde se desenvolvem uma ou várias práticas com vistas à socialização de conhecimentos – visitas técnicas de produtores em processos de capacitação – capazes de promoverem o desenvolvimento de estratégia produtiva adaptada às condições particulares de cada sítio.

cada local dentro do território. Essas ações encontram amplificações no Programa Municípios Verdes, agora com aporte de recursos do governo estadual e com participação, no momento, de 75% dos municípios do Tenepa, que aderiram a essa política de forma voluntária.

Com relação à questão fundiária, ação básica para qualquer atividade futura, a abordagem prioritária será do programa estadual Pará Terra Legal em benefício dos arranjos organizados em ações integradas e multi-institucionais.

Lógica semelhante é preconizada para a atuação no eixo econômico, com a disponibilização de tecnologias sociais adequadas aos estratos diferenciados do público da agricultura familiar presentes no território. Esse conhecimento prévio será de fundamental importância para a caracterização do público que terá acesso ao programa do governo federal Brasil Sem Miséria.

A partir das prioridades estabelecidas (arranjos produtivos), serão trabalhados os principais arranjos sociais (entre esses, seis cooperativas) em função dos gargalos nas atividades econômicas identificados de forma participativa e com as capacitações do corpo técnico com foco nesses entraves. O desafio nesse momento é a construção local baseada na experiência de outras ações – dentro do próprio território e de outras regiões – e do intercâmbio de saberes – técnico e tradicional.

Esses processos serão sistematizados na *Árvore do Conhecimento*⁴ do Tenepa, aproximando o público local – referencial – das ações realizadas propositivamente em vários espaços, avançando na solução dos problemas identificados.

A sustentabilidade dessas ações futuras nos processos de desenvolvimento territorial está calcada na sequência proporcionada pelas informações e pela governança integrada estabelecidas, mesmo que de forma embrionária, pelo Componente 3 do Programa Agrofuturo, que garante uma agenda mínima suprainstitucional com legitimidade nos conselhos e/ou convênios assinados para os próximos anos.

Essa instância suprainstitucional foi reforçada no ano de 2009 com a institucionalização do Codeter e com a sua reformulação ocorrida em 2012 em virtude da adequação a várias ações e parcerias que vêm

⁴ A *Árvore do Conhecimento* é uma estratégia utilizada pela Embrapa Informação Tecnológica que obedece a uma metodologia baseada nas três fases da cadeia produtiva: a pré-produção, que foca insumos utilizados na produção agropecuária (conhecida como "antes da porteira"); a produção propriamente dita ("dentro da porteira"); e a pós-produção ("depois da porteira") e suas tendências mercadológicas.

sendo desenvolvidas no território. O foco nos vários projetos e políticas públicas terá uma efetividade maior na sua aplicação se mais tipificado estiver o público da agricultura familiar nos espaços ocupados e se mais conhecidos forem seus anseios e dificuldades.

Em decorrência dessas especificidades, alguns projetos de intercâmbio tecnológico foram encaminhados ou estão em fase de encaminhamento para execução no Tenepa, ancorados nos subsídios proporcionados pelas informações do Agrofuturo e de outros portfólios, como:

- Rede Arco Verde – Esse projeto de transferência de tecnologia e capacitação de multiplicadores derivado da Operação Arco Verde (essa um contraponto às ações da Operação Arco de Fogo) visa disponibilizar meios e recursos para acesso a alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento e tem como espectro de atuação os municípios constituintes do Arco Verde.
- Brasil Sem Miséria – Esse programa social do governo federal brasileiro tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês. O Brasil Sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do governo Lula (conhecido como Bolsa Família).
- Projeto Dendê – Essa iniciativa com características semelhantes às da Rede Arco Verde terá como foco ações no quadrilátero imaginário formado pelos municípios de Paragominas/Tailândia/Igarapé-Açu e Santo Antônio do Tauá, onde estão sendo implantados vários projetos de desenvolvimento com o cultivo de dendê. Esse projeto oferecerá o treinamento de multiplicadores como forma de inserção dos agricultores nesse cenário proporcionado pelo estabelecimento dessa cultura em escala industrial e em bases sustentáveis. O cultivo do dendê está presente em mais de 50% dos municípios do território.
- Parceria público-privada Norsk Hydro/Embrapa Amazônia Oriental/Camta – Essa parceria foi aprovada como parte de um projeto de 5 anos e proporcionará ações de apoio ao desenvolvimento para vários agricultores e multiplicadores localizados no polo de Tomé-Açu, com reflexos diretos e indiretos para os multiplicadores da cartografia territorial.

- Bioamazon/Coomag – Essa parceria aproxima as ações das várias instituições e dos agricultores do “mundo real”, proporcionando acesso a mercados diferenciados para produtos de valor agregado maior, produzidos com responsabilidade socioambiental e com lógica e naturezas diferenciadas de acordo com as especificidades do estrato de público trabalhado. Essa parceria, de uma empresa privada com uma cooperativa de agricultores familiares, terá suas ações qualificadas pelo Codeter, proporcionando o acesso a recursos específicos e parâmetros sustentáveis de relação com o parceiro.

A prestação de serviços de Ater e de apoio ao agronegócio associativo inovador está garantida por um prazo mínimo de 5 anos nas proposições constantes dos seguintes editais trabalhados: a) Instituto de Assistência Técnica, Extensão e Desenvolvimento Rural Sustentável da Amazônia (Idam) – 2.400 famílias de agricultores familiares estabelecidos em 15 municípios; e b) Emater-Pará, Operação Arco Verde – 100 famílias em Paragominas e famílias estabelecidas em todos os 20 municípios do Tenepa (capilaridade proporcionada pela ação dos técnicos localizados nos escritórios de prestação de serviços, com recursos do governo do Estado do Pará). Além desses, há os recursos contidos em outras linhas apoiadas pelo Sebrae e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), aplicáveis ao *locus* territorial e ao público da agricultura familiar.

Esses projetos/ações potencializarão as ações de troca de saberes por meio da capacitação de multiplicadores técnicos e locais. Nesse contexto, vale destacar a importância do papel futuro da Embrapa, cuja atuação deve, no entendimento dos atores territoriais, se pautar pela busca de mecanismos metodológicos que dinamizem a relação com os multiplicadores que trabalham com o agricultor no seu contexto, possibilitando a disseminação das inovações adequadas ao meio e ao componente social abordado.

Com sua *expertise*, a Empresa deve ser uma das protagonistas na governança territorial e apresentar proposições futuras em função da experiência adquirida com o Agrofuturo na identificação dos gargalos, na capacitação de multiplicadores e na construção e definição estratégica de trabalho integrado da Rede Ater do Tenepa. Isso será possível com a participação cada vez mais efetiva das comunidades e de suas lideranças, em parte já identificadas.

Por fim, vale o entendimento de que esse trabalho de atores comuns depende de ações estruturantes de outras instâncias governamentais, de uma mudança de comportamento – autovalorização – do extrato social envolvido e de um planejamento comunitário mais consistente, o que potencializará as ações de natureza técnica.

Essa abordagem horizontal nos processos de geração, comunicação e transferência de tecnologias, com focos diferenciados nos processos agroecológicos e nas tecnologias sociais para o público de agricultores familiares, deve estar garantida no âmbito institucional interno, proporcionando clareza nos processos de articulação pesquisa-ensino-extensão-agricultor e valorização dos indicadores de avaliação dos profissionais que atuam no segmento.

No âmbito ministerial e por conta dos vários editais disponibilizados, é essencial que, nos processos de renovação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), constem indicadores com condicionantes financeiras que potencializem essas conexões de Ater com as de natureza territorial.

Esse conjunto de medidas proporcionará o arbítrio ao agricultor no sentido de utilizar outra lógica para a agricultura familiar em detrimento da proposição atual. Isso caracterizará uma redefinição de papel e importância no seio da sociedade brasileira.

Parceria Embrapa Amazônia Oriental e Emater-Pará para transferência de tecnologias para agricultores familiares

A agricultura familiar, segundo dados do MDA, é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos em todo o Brasil. Na Amazônia, mais especificamente no Tenepa, em decorrência de fatores históricos recorrentes como logística de mercado, infraestrutura mínima de transporte, questões fundiárias e ambientais, vocação populacional e baixo nível tecnológico empregado, configurou-se um cenário mais inóspito para os produtores familiares.

Um dos principais desafios de entidades de pesquisa e extensão rural, juntamente com os parceiros institucionais e a sociedade civil, é propor modelos alternativos para a construção de novos cenários, em

que o papel de tecnologias inovadoras e adequadas a cada situação tenha destaque marcante.

Apesar de a Emater-Pará, ao longo de seus 45 anos de existência, prestar, de forma providencial, o acompanhamento aos produtores e de a Embrapa realizar inúmeras pesquisas voltadas para esse nicho, não existia uma conexão entre as entidades para que o processo do conhecimento fosse gerado a partir de demandas oriundas do campo, tampouco para que os resultados científicos chegassem de fato ao seu público-alvo.

A maioria dos processos de pesquisa desenvolvidos pela Embrapa simplesmente são executados sem ou com pouca participação de entidades responsáveis pela assistência técnica e com os produtores. Esse procedimento acaba gerando um desconforto no relacionamento institucional, que acarreta pouca aplicação dos resultados das pesquisas realizadas, muitas vezes, por não representarem os anseios dos produtores rurais. No processo de execução do Componente 3 do Programa Agrofuturo, entre os anos de 2006 e 2011, apenas o Projeto Ver-o-Peixe adotou como metodologia a pesquisa-ação, com o envolvimento de comunidades dos municípios do Nordeste Paraense. Outros projetos de pesquisa seguiram a lógica de prospecção realizada pela Embrapa, que tem na concepção a pouca utilização de métodos participativos na geração de conhecimento.

Com o advento das ações focadas nos territórios da cidadania, criadas pelo governo federal em 2008, começaram a ser desenhadas realmente quais seriam as demandas prioritárias com a definição dos APLs a serem trabalhados na cartografia territorial. As instituições, de certa forma, tiveram um contato mais aprofundado no inter-relacionamento pessoal e profissional, uma vez que, até então, seu sentimento individualista acabava por fragilizar o sistema pesquisa-extensão, tão necessário à melhoria de qualquer processo produtivo, chegando ao ponto de se questionar a superioridade de um serviço em detrimento do outro.

Com uma maior integração de ações entre as instituições, muitos dos paradigmas foram quebrados e começou-se a focar muito mais nos objetivos institucionais de cada entidade, percebendo-se que só teríamos um bom resultado em campo com o trabalho em conjunto

entre pesquisa e extensão – retroalimentação. Ou seja, para se desenvolver um bom trabalho de assistência técnica e extensão rural, além de outros fatores, é fundamental que existam bons trabalhos científicos, precedidos de uma qualificação da demanda por pesquisa. Esses trabalhos irão subsidiar as ações de campo, tanto na tomada de decisões para financiamentos como para as recomendações técnicas.

Uma pesquisa, por melhor que seja, não terá sentido algum para o agricultor se os seus resultados não forem aplicáveis e aplicados de forma correta. Por isso, iniciou-se um processo de relacionamento horizontal entre as instituições, em que cada entidade, de fato, realiza seu papel de forma mais qualificada, fortalecendo a parceria em detrimento de sua ação isolada.

Em termos práticos, a Emater-Pará e a Embrapa Amazônia Oriental, no que diz respeito ao Nordeste Paraense, realizaram uma série de atividades voltadas para a capacitação tanto de técnicos quanto de produtores rurais com o foco prioritário no processo de transição de tecnologias consolidadas e necessárias à região. Vale ressaltar que todas essas demandas afloraram de um exaustivo processo de consulta pública realizada entre entidades sociais, instituições públicas, ONGs e produtores em geral. Com o advento, a partir de 2007, do Programa Agrofuturo, coordenado pela Embrapa, as relações entre a Emater-Pará e a Embrapa Amazônia Oriental tornaram-se mais evidentes e fortalecidas. Várias ações de capacitação foram realizadas (como visitas técnicas, intercâmbios, cursos/oficinas, seminários, etc.), definidas em conjunto e em função das prioridades estratégicas realizadas.

É importante ressaltar que o engajamento entre as instituições – ações integradas – faz parte de um processo permanente. Muito precisa ser equalizado para a aplicação de fato das tecnologias geradas. É fundamental que os atores que compõem o cenário agrícola sejam ouvidos e que os agentes de desenvolvimento rural (técnicos da Ater) não sejam encarados como meros receptores e transmissores de conhecimento, tampouco que os agricultores sejam vistos apenas como receptores das tecnologias geradas. Urge reconhecer a importância do conhecimento tácito das populações rurais, assim como do conhecimento técnico e prático adquirido ao longo dos anos pelos técnicos extensionistas.

Coodersus e Idam: prestadoras de serviços de Ater no Tenepa

A Coodersus foi fundada no dia 28 de abril de 1998. Surgiu a partir das necessidades de atender aos interesses de um grupo de 12 técnicos agrícolas em serem dirigentes de seus próprios negócios e de permitir a participação nas políticas públicas de Ater lançadas pelo governo federal.

A primeira participação se deu por meio do Projeto Lumiar, que teve suas atividades desenvolvidas no período de 1998 a 2000, atendendo, naquele momento, a quatro projetos de assentamentos (PA União, PA João Batista, PA Bom Jesus e PA Itabocal) distribuídos nos Municípios de Mãe do Rio e Ipixuna do Pará, que visavam atender a uma demanda insatisfeita dos serviços de Ates.

No período entre 2002 e 2004, a Coodersus passou a atuar em 14 PAs, já contando com 37 profissionais, assistindo 3.635 famílias localizadas em partes de sete municípios do Nordeste Paraense: Aurora do Pará, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio e Nova Esperança do Piriá, sendo que alguns desses assentamentos estão localizados em mais de um município.

A gestão das equipes foi realizada em dois núcleos operacionais: um central, em Mãe do Rio, e outro em Ipixuna do Pará.

Entre 2004 e 2007, o Idam firmou convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e contratou a Coodersus, por meio do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (Ates), para desenvolver as seguintes atividades: capacitação de agricultores familiares por meio de cursos e palestras, mutirões para recuperação de nascente e de áreas antropizadas e elaboração de projetos técnicos e visitas técnicas às unidades familiares. Foram recuperados cerca de 800 hectares de áreas alteradas e improdutivas por meio do uso de inovações tecnológicas em processos com bases agroecológicas, melhorando a renda das famílias assentadas, diminuindo o abandono de áreas, substituindo a monocultura por consórcios e implantando a fruticultura.

Isso proporcionou uma diversificação das atividades rurais, tais como a criação de galinha caipira e de ovinos, os cultivos de maracujá

e de mamão, a piscicultura e a apicultura. Essas atividades, em sua maioria, geram renda em curto prazo, e algumas o ano todo, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida aos agricultores familiares.

Em relação aos 114 cursos realizados, foi dada ênfase para os focos social e ambiental, uma vez que, nas visitas técnicas, a parte produtiva estava contemplada. Assim, vários cursos sobre recuperação de áreas alteradas, proteção de nascentes, uso de agrotóxicos, corte e costura, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros foram ofertados para as comunidades atendidas. No mesmo contexto, 250 palestras foram realizadas e cerca de mil mudas de essências florestais nativas da Amazônia foram plantadas.

Em parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), os técnicos do Idam e da Coodersus participaram das campanhas de vacinação contra brucelose que ocorreram no período, atendendo 424 pequenos pecuaristas e vacinando cerca de 1.700 bezerros. A atuação dos agentes de Ates culminou com um número significativo de visitas técnicas (32.715) às propriedades rurais de assentados da reforma agrária.

Dentre os principais problemas registrados nesse período de trabalho, pode-se destacar a descontinuidade dos convênios e contratos de Ates administrados pelo governo federal, voltados para o quantitativo de atendimentos e para o individualismo das famílias na organização da produção.

Em relação à parceria que o consórcio Idam/Coodersus vem mantendo com a Embrapa Amazônia Oriental por meio do NAPT-Belém/Brasília, percebem-se os inúmeros benefícios transferidos para os produtores familiares, que passam a ser atendidos por um serviço de Ater mais qualificado tecnicamente. Nesse sentido, a participação dos técnicos da Coodersus/Idam teve importância na mobilização e assistência técnica aos produtores que participaram do Projeto Ver-o-Peixe, que teve grande repercussão nos municípios de Mãe do Rio, Irituia, São Domingos do Capim e Aurora do Pará. Essa parceria fez com que a Coodersus fosse convidada para representar as ONGs do território no Termo de Parceria-Oficial do Programa Agrofuturo.

A continuidade das capacitações ofertadas pelo Programa de Transferência de Tecnologia da Embrapa para os agentes de Ater do território tem elevado o nível de conhecimento dos mesmos,

credenciando-os para levar tecnologias inovadoras aos assentamentos e aos produtores de modo geral. Cumpre-se, dessa forma, o pressuposto, estimulado pelo Codeter, de trabalhar a agricultura familiar atendendo aos interesses dos produtores a partir das demandas levantadas nas assembleias territoriais, em arranjos produtivos concebidos com bases tecnológicas inovadoras, ambientalmente corretas e comercialmente viáveis.

Atualmente, o consórcio Idam/Coodersus desenvolve ações de Ater em 15 municípios do Tenepa, atendendo a 2.400 famílias de produtores por meio da Chamada Pública SAF/Ater nº 93/2010, que trata da cadeia produtiva da fruticultura, com foco em três eixos principais: gestão dos recursos naturais, produção para a comercialização e gestão da propriedade. Algumas atividades contam com a parceria da Emater-Pará, que atua ora como protagonista, ora como coadjuvante, em eventos territoriais de interesse geral. Da mesma forma, é notório o entrosamento com as secretarias municipais, em especial com as de Agricultura (Semagri) e de Meio Ambiente (Semmas) e com os sindicatos rurais, fortalecendo o processo de desenvolvimento produtivo nos municípios como o eixo principal do desenvolvimento local sustentável no Tenepa.

Bibliografia

AGROFUTURO. Programa de apoio à inovação tecnológica e novas formas de gestão na pesquisa agropecuária. **Núcleos pilotos de informação e gestão tecnológica para a agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa, 2009. 1 Folder.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (CNDRSS), 1., 2008, Olinda, PE. **Relatório final...** Brasília, DF: MDA-Condraf, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/>>. 10 set. 2011.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MOTA, D. M. da; MEYER, G.; CORRÊA, R. de O.; BATISTA, M. G. Experiências correlatas em territórios. In: NASCIMENTO, P. P.; SICOLI, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. da (Ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial**: novos desafios para a Embrapa. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. Parte 3, cap. 3.

NASCIMENTO, P. P.; SICOLI, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. da. (Ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

OLIVEIRA, J. S. R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores na área de abrangência do programa Proambiente, Nordeste Paraense**. 2006. 116 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Pará, Belém.

PLANO Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Norte Paraense. Marabá: MDA-SDT, 2010. Disponível em: <sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio087.pdf>. Acesso em: 3 set. 2011.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROCHA NETO, O. G. da; GOMES, M. R. de O.; MANGAS, D. L. L. Arranjos institucionais para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Território da Cidadania do Nordeste Paraense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TERRITÓRIOS RURAIS: DESAFIOS PARA A AÇÃO PÚBLICA”, 2009, Campina Grande, PB. **Resumos...** Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande: CIRAD, 2009.